

CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E ESPACIAL DAS COMUNIDADES PESQUEIRAS DE SÃO JOSÉ DO NORTE/RS

SOCIOECONOMIC AND SPACE CHARACTERIZATION OF THE FISHING COMMUNITIES OF SAO JOSÉ DO NORTE /RS

CARACTERIZACIÓN SOCIOECONÓMICA Y ESPACIAL DE LAS COMUNIDADES DE PESCA DE SAO JOSÉ DO NORTE /RS

MARTIN, Maristel Coelho San

RESUMO

Esta pesquisa visou caracterizar as condições socioeconômicas e espaciais de 13 comunidades pesqueiras da zona rural, do município de São José do Norte, buscando compreender como ocorre a dinâmica da produção do seu espaço, quais os recursos e serviços essas comunidades possuem, e qual a diferenciação espacial entre elas. A metodologia empregada pautou-se na revisão bibliográfica, coleta de dados em secretarias municipais, colônia de pescadores Z2 e pelos dados adquiridos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE) e dos Mapas Estratégicos para Políticas de Cidadania (MOPS) 2017. Como resultado obtemos que a comunidade da 5ª Secção da Barra é a que mais se destaca na quantidade de habitantes, pescadores, serviços e infraestruturas, porém, eleva-se no número de pessoas com registro no cadastro único e que vivem em situação de pobreza. Já as comunidades do Passinho, Capivaras, Várzea, Barranco e São Caetano possuem uma quantidade menor de infraestrutura tornando-se dependente uma das outras, mas buscam sua reprodução social por outros meios. E as comunidades do Cocuruto, Povoação da Barra, Pontal da Barra, Ponta Rasa, Arroio do Inhame, Retiro e Estreito, são as mais fragilizadas devido os poucos recursos de modo geral.

Palavras-chave: Comunidades pesqueiras. São José do Norte. Caracterização. Produção do Espaço.

ABSTRACT

This research aimed to characterize the socioeconomic and spatial conditions of 13 fishing communities in the rural area, in the municipality of São José do Norte, seeking to understand how the dynamics of the production of their space occur, what resources and services these communities have, and what is the differentiation space between them. The methodology employed was based on bibliographic review, data collection from municipal departments, Z2 fishermen colony and data acquired from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), National Register of Addresses for Statistical Purposes (CNEFE) and Strategic Maps for Citizenship Policies (MOPS) 2017. As a result, we obtained that the community of the 5th Section of Barra is the one that most stands out in the number of inhabitants, fishermen, services and infrastructures, however, it increases in the number of people with registration in the register single and living in poverty. The communities of Passinho, Capivaras, Várzea, Barranco and São Caetano have a smaller amount of infrastructure becoming dependent on one another, but seek their social reproduction by other means. And the communities of Cocuruto, Povoação da Barra, Pontal da Barra, Ponta Rasa, Arroio do Inhame, Retiro and Estreito, are the most fragile due to the few resources in general.

Keywords: Fishing communities. Sao Jose do Norte. Description. Space Production.

RESUMEN

Esta investigación tuvo como objetivo caracterizar las condiciones socioeconómicas y espaciales de 13 comunidades pesqueras en el área rural, en el municipio de São José do Norte, buscando comprender cómo se produce la dinámica de la producción de su espacio, qué recursos y servicios tienen estas comunidades y cuál es la diferenciación espacio entre ellos. La metodología empleada se basó en la revisión bibliográfica, la recopilación de datos de los departamentos municipales, la colonia de pesca Z2 y los datos adquiridos del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE), el Registro Nacional

de Direcciones para Fines Estadísticos (CNEFE) y Mapas Estratégicos para Políticas de Ciudadanía (MOPS) 2017. Como resultado, obtuvimos que la comunidad de la 5ta Sección de Barra es la que más se destaca en el número de habitantes, pescadores, servicios e infraestructuras, sin embargo, aumenta en el número de personas inscritas en el registro soltero y viviendo en la pobreza. Las comunidades de Passinho, Capivaras, Várzea, Barranco y São Caetano tienen una menor cantidad de infraestructura que se vuelve dependiente entre sí, pero buscan su reproducción social por otros medios. Y las comunidades de Cocuruto, Povoação da Barra, Pontal da Barra, Ponta Rasa, Arroio do Inhame, Retiro y Estreito, son las más frágiles debido a los pocos recursos en general.

Palabras clave: Comunidades de pescadores. Sao Jose do Norte. Caracterización Producción espacial.

INTRODUÇÃO

A vulnerabilidade social em comunidades pesqueiras vem se destacando cada vez mais nas últimas décadas. Isso ocorre, pois além dos diversos problemas referentes à poluição ambiental, conflitos e disputas de territórios e a questão da sobrepesca, há também uma forte ausência de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da atividade e do espaço em que estão inseridas. Dessa forma, é possível notarmos um enfraquecimento das potencialidades dessas comunidades, em virtude dos problemas causados pela escassez de oportunidades e a falta de serviços e infraestruturas.

Kaztman e Filgueira (2006) utilizam os conceitos de ativos e de estruturas de oportunidades para caracterizar a vulnerabilidade, explanando que os ativos são um conjunto de recursos materiais e imateriais, das quais indivíduos e famílias buscam apropriarem-se para melhorar suas condições de vida e enfrentarem as dificuldades.

Já as estruturas de oportunidades são disponibilizadas pelo Estado, mercado e sociedade, ou seja, são “fontes para o acesso aos ativos” (KAZTMAN e FILGUEIRA, 2006, p. 72). Dessa forma, podemos dizer que os ativos são: as condições de saúde, a qualificação, as competências e as habilidades; e as estruturas de oportunidades são: as habitações, postos de saúde, escolas, financiamento à produção, entre outros.

A dificuldade de se encontrar dados específicos sobre as comunidades pesqueiras de São José do Norte, sobretudo da zona rural, é notória. Dessa forma, torna-se necessário conhecer o contexto em que estão inseridas para que possibilite a aplicação de políticas públicas, visando melhorar as condições de vida e desenvolvimento das mesmas. Diante do exposto, esta pesquisa visa caracterizar as condições socioeconômicas e espaciais de 13 comunidades pesqueiras da zona rural, do município de São José do Norte, buscando compreender como ocorre a dinâmica da produção do seu espaço, quais os recursos e serviços essas comunidades possuem, e qual a diferenciação espacial entre elas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia empregada pautou-se em uma revisão bibliográfica pertinente ao assunto. Devido à baixa produção de pesquisas com dados detalhados dessas comunidades, além da dificuldade de acesso às localidades, optou-se por utilizar os dados por setores censitários do censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), juntamente com os dados do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE) e dos Mapas Estratégicos para Políticas de Cidadania (MOPS-2017). Foi possível ainda coletar alguns dados e informações relevantes nas secretarias municipais e na colônia dos Pescadores.

LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

São José do Norte está localizado no litoral oriental da Laguna dos Patos no extremo sul do Brasil. Constitui-se de uma população de 25.503 pessoas e uma densidade demográfica de 22,81 hab./km² conforme (IBGE, 2010). Sua principal economia é a monocultura da cebola, pecuária, pesca, reflorestamento e extração de madeira.

Este município está dividido em três distritos, o qual o primeiro possui sede na cidade e inclui as seguintes localidades: Medengue, Mercilda, Miguelita, Parobé, Passinho, Pontal da Barra, Praia do Mar Grosso, Arroio do Inhame, Ponta Rasa, Barranco, Vila Nova, Canastreiro, Capão dos Bois, Capão das Cariocas, Capela, Capivaras, Cocuruto, Fazenda Tamandaré, Jacinto Ignácio, Lagoão, Quinta Secção da Barra, Retiro, Retovado, Rincão do Barbosa, Tesoureiro, Três Capões, Várzea. Já o segundo distrito possui sede na vila do Estreito abrangendo as localidades Campo de Honra, Gravatá, Saraiva e São Caetano. E o terceiro distrito possui sede na vila do Bojuru abrangendo as localidades Capão d'Areia, Capão do Meio, Divisa, Cavalhada, Curral Velho, Farol da Conceição, Garupeira, Paorá, Ronda, Contrato, Turpim e Barra Falsa.

Para essa pesquisa escolhemos as comunidades Quinta Secção da Barra, Povoação da Barra, Cocuruto, Pontal da Barra, Retiro, Passinho, Capivaras, Várzea, Arroio do Inhame, Ponta Rasa e Barranco. Todos esses situados no Distrito Sede do município. Já no segundo distrito escolhemos as comunidades do Estreito e a do São Caetano.

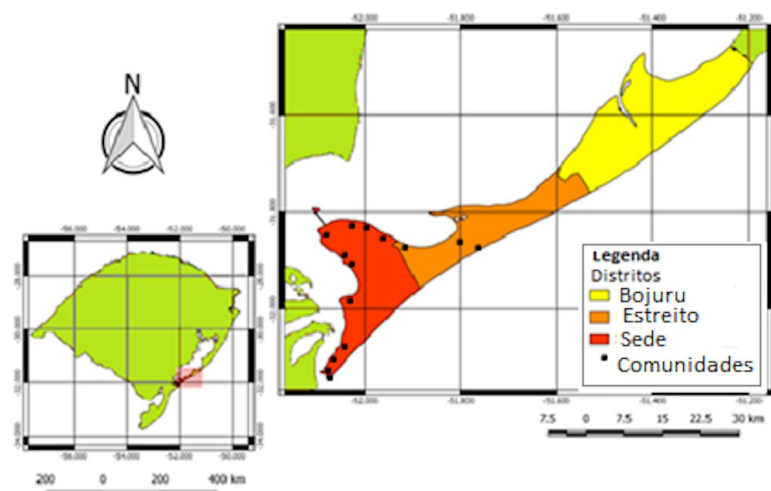


Figura1 - Divisão distrital de São José do Norte

SRC Selecionado (EPSG 31982 - EPSG 4019) SIRGAS 2000/UTM zone 22S. Data: 22 de setembro de 2019.

BREVE HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO ATUAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE

A ocupação da península de São José do Norte ocorreu a partir de conflitos e estratégias de ocupação europeia. Conforme Bunse (1981, p. 13), desde a chegada dos portugueses, o litoral sul foi pouco explorado devido à sua configuração. Além disso, a primeira inclusão oficial na região foi um posto de vigilância na chamada "Barranca do Norte" que além de assegurar a posse do território, serviu de controle de vendas ilegais de gado, dando início ao primeiro povoado.

A partir de 1734, os portugueses já haviam fixado 27 fazendas de gado nesse território, sendo que, as terras foram divididas por meio de sesmarias, porém, as localizadas ao sul foram concedidas para antigos tropeiros e militares (PESAVENTO, 1985, p. 15). Já em 1738, foi criada a Fazenda Real Bojuru, a qual era voltada para a criação de gado, dando nome a localidade. Como forma de incentivo a ocupação deste local, a coroa portuguesa lançou um edital com oferecimento de terras na localidade para recrutamento de habitantes e famílias provindas do arquipélago dos Açores, que tivessem habilidades com navegação, pesca e agricultura.

De acordo com Alves e Torres (1996, p. 07) os primeiros açorianos fixaram-se na localidade do Estreito em 1753, formando um aldeamento. Acrescenta-se a isso que essa localidade já habitavam indígenas, militares portugueses e africanos, o qual ocasionaram um intercâmbio de etnias e uma população miscigenada. Ainda no Estreito, foi construída a primeira capela de Nossa Senhora das Candeias, em referência a iluminação das águas e orientação dos barcos na escuridão da noite realizada por candelabros.

Após um tempo, a capela passou a ser chamada Nossa Senhora da Conceição, e até 1812, foi a matriz da península, contudo, com a diminuição da população nesse local, a matriz foi transferida para a nova sede, com o nome de capela da Nossa Senhora dos Navegantes, onde atualmente é a cidade de São José do Norte. Cabe salientarmos que a antiga capela do Estreito foi soterrada por uma tempestade de areia e reconstruída em 1846, e em 1872 transferida para Bojuru, dando origem a vila de Bojuru, mas mantendo o nome Capela Nossa Senhora da Conceição do Estreito. É importante enfatizarmos que, segundo Mattos (1999) foi da cultura açoriana e do êxito no trabalho do campo no Estreito que surgiu e prosperou às margens do canal, o povoado de São José do Norte. (MATTOS, 1999, p. 26).

Conforme Amaral (1999, p.278) além do trigo, era cultivado: milho, feijão, lentilha, mandioca, centeio, alpiste, vinhas, legumes e verduras. Os açorianos também incorporaram técnicas de outras etnias locais para a pesca artesanal e criação do gado, sendo que, no final do século XX a península já possuía a fama de uma colônia de pescadores, devido sua quantidade expressiva dos mesmos. Com a decadência da produção do trigo, ao longo dos anos, o cultivo da cebola e a pesca passaram a serem as principais economias do município.

No entanto, segundo Fontoura (2009) a partir de 1977, São Paulo e Santa Catarina passaram a liderar a atividade produtiva da cebola por meio de tecnologias de produção. Dessa forma, o atraso tecnológico e a falta de infraestrutura para a produção mecanizada que caracterizam São José do Norte, fizeram com que os produtores nortenses diminuíssem sua remuneração, estagnando a economia do município (FONTOURA, 2009, p. 31). A saída encontrada para minorar a penúria no campo foi o deslocamento de famílias inteiras para o núcleo urbano de São José do Norte (ADOMILLI, 2009, p. 97).

Somente em 2006, São José do Norte passa a investir no setor florestal, através da empresa FLOPAL (Florestadora Palmares Ltda), o qual conduziu o aumento do número de postos de trabalho. Entretanto, parte da mão de obra existente era mal remunerada e pouco especializada, devido à baixa escolaridade da população local, o que ocasionou um exército de mão de obra de reserva, expandindo a periferia urbana e aumentando a extensão de algumas das comunidades pesqueiras mais próximas da cidade, uma vez que, muitos cidadãos desempregados viram a pesca como alternativa de sobrevivência. Conforme Adomilli (2009) para as famílias que abandonavam o campo, a insegurança pelos resultados da colheita era substituída pelo retorno imediato das pescarias por meio da atividade de proeiros, "sendo pescadores sem a posse dos instrumentos de trabalho e de um território de pesca" (ADOMILLI, 2009, p. 107).

Apesar dos problemas enfrentados referentes à infraestrutura, concorrência e o novo período de estagnação econômica do município, pós-implantação do setor florestal, essa atividade ainda está sendo desenvolvida até os dias atuais pela empresa AMBAR Florestal. Em 2013, surgiu uma nova expectativa de desenvolvimento econômico para a região, com a instalação de um Pólo Naval que promoveu um número significativo de empregos, superando 19.000 trabalhadores de forma direta no Polo como um todo. O aumento do número de comércios e o setor imobiliário também se destacaram no período, mas não supriram a demanda tanto de trabalhadores a procura de serviços quanto o déficit habitacional.

Nesse contexto, a prefeitura de São José do Norte em parceria com outros órgãos públicos e privados buscou alternativas para adequar o município de acordo com as exigências da nova fase de acumulação de capital e do novo processo de desenvolvimento local. Para tanto, foram realizadas obras de infraestrutura em diversos pontos da cidade e algumas na zona rural, além de realizar um aperfeiçoamento do atendimento de saúde e educação, visando o aprimoramento da cidade. Contudo, as atividades do Polo Naval foram interrompidas em 2018 e reativadas em 2019, porém, manteve o município novamente com a economia estagnada.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NAS COMUNIDADES PESQUEIRAS DE SÃO JOSÉ DO NORTE

No decorrer do desenvolvimento do homem, o mesmo emprega variados tipos de técnicas de produção e produção no espaço, das quais algumas características serão comuns a todas as épocas ou a épocas específicas. Dessa forma, a relação entre o meio de produção e o espaço possui uma complexidade, visto que,

não se limita a produção de bens, mas sim transcorrem ao mesmo tempo, diversas dimensões. Segundo Lefebvre (2000, p. 5), o espaço entra nas forças produtivas, na divisão do trabalho, tendo relações com a propriedade, com as trocas, com as instituições, a cultura e o saber.

Portanto, o espaço geográfico é um produto social e histórico que se produz e reproduz conforme as ações necessárias para a reprodução da sociedade e do desenvolvimento e acumulação do capital (MARTIN, 2019, p.11). Ele é ao mesmo tempo produto, produtor, condição, meio e suporte de relações sociais e econômicas. À vista disso, podemos dizer que as comunidades pesqueiras são também um produto que se transforma e se desenvolve constantemente, uma vez que, a atividade pesqueira é uma modalidade de uso do espaço, a qual sua interação com uma série de processos espaciais interfere nas atividades de produção e reprodução desses espaços pesqueiros.

Segundo Diegues (2001) é nesses espaços que se encontram a forma de morar e de ocupar esse território, mesmo que de forma comunal, onde o grupo social exercem suas atividades culturais, políticas e econômicas se reproduzindo socialmente. Este autor ainda argumenta que “para os pescadores a terra é um objeto passível de apropriação e divisão, ao passo que para o mar isso objetivamente não acontece” (DIEGUES, 1998, p. 83). Diante do exposto, podemos dizer que no espaço terrestre prevalece à atividade de uso como moradia e comércio de pescados.

Entretanto, é no meio aquático que os pescadores realizam as ações de domínio e poder, por meio da apropriação da natureza, ou seja, a partir dessa apropriação os pescadores constroem seu conhecimento para a lida da pesca e, ao mesmo tempo, sua territorialidade no meio aquático. Além disso, identificam os locais de pesca e suas características tendo algumas formas de controle sobre ele, e identificando também manifestações dos fenômenos naturais. Assim, a demarcação de territórios pesqueiros torna-se uma necessidade, uma vez que, essa delimitação criaria espaços reservados para pesca artesanal preservando em parte os recursos da natureza e contribuiria com a reprodução social desses pescadores.

Ao analisarmos a atividade pesqueira cabe frisarmos que a mesma esta dividida em pesca de subsistência, artesanal, industrial, amadora, ilegal e predatória. A pesca de subsistência visa apenas à extração do pescado para alimentação, sem fins comerciais, utilizando instrumentos mais simples previstos em legislação específica (art. 8º, inciso II, “c” da Lei nº 11.959 de 29 de junho de 2009 – Lei da Pesca), e técnicas rudimentares. Já a pesca artesanal é praticada por meio de extração do pescado em pequena escala, a qual utiliza técnicas artesanais e ferramentas mais dotadas de tecnologia do que a pesca de subsistência, objetivando o comércio e a alimentação, e ainda inclui nesse conceito trabalhos de confecção e de reparos em petrechos de pesca conforme a lei já citada.

Nesse caso, cabe salientarmos que, o pescador artesanal realiza a atividade em família ou de forma autônoma, sendo os donos do meio de produção ou possuem acesso a esses meios, através de acordos e divisão, em partes, da produção. Além disso, a partir da pesca “retiram a maior parte de sua renda, ainda que sazonalmente possam exercer atividades complementares” (DIEGUES, 1995, p. 108). Quanto à pesca industrial, ela utiliza equipamentos mais sofisticados que permitem uma produção em maior escala, sendo que os pescadores industriais realizam a atividade, como empregados, não chegando a ser o dono dos meios de produção.

Na pesca industrial os referenciais de composição nos botes de trabalho são os interesses da empresa e não os laços sociais e afetivos dos pescadores. Nesse contexto, as relações são indiferentes, com as exigências maiores de especialização técnica. O pescador assalariado ressentese principalmente da dissociação do produto de seu trabalho e do seu distanciamento dos processos decisórios relativos à pesca. Regra geral ocorre que os pescadores apenas participam da captura, ficando o desembarque, o processamento e a distribuição do pescado ao encargo das equipes de terra (MALDONADO, 1986, p. 26)

Cabe frisarmos que, conforme aumenta a aplicação das políticas de expansão da indústria pesqueira aumentam-se os subsídios para a pesca industrial, onde os mesmos não possuem aplicabilidade na pesca artesanal. Conseqüentemente, os pescadores artesanais são cada vez mais prejudicados e esquecidos, visto que, não são atendidos o suficiente com políticas que supram suas reais necessidades. No entanto, é na base

familiar do pescador artesanal que são construídos os conhecimentos e compartilhado as experiências dessa atividade por meio dos pescadores mais antigos, que se difere dos padrões da pesca industrial.

Nesse contexto, Ramalho (2006) menciona que os pescadores artesanais possuem uma liberdade de não serem reféns de horários de trabalho como os pescadores industriais, pois "seus horários são determinados pelos ritmos e movimentos das marés e cardumes, assim como o entendimento das peculiaridades do recurso natural" (RAMALHO, 2006, p. 51). Diegues reforça as palavras de Ramalho explanando que o pescador artesanal possui uma liberdade que anda junto com a experiência adquirida em anos de prática da atividade pesqueira. Salienta que "a sabedoria não diz respeito ao manuseio de um apetrecho de pesca, mas onde e quando utilizá-lo" (DIEGUES, 1983, p. 195).

Quanto à pesca amadora tem como finalidade o esporte e o lazer segundo (art. 8º, inciso II, "b" da Lei da Pesca, e regulamentada pela INI MPA/MMA nº 9/2012). Já a pesca ilegal é praticada em desacordo com regulamentos e as leis podendo ser encontrados exemplos na Lei Federal nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998. E a pesca predatória é considerada assim quando é retirada uma quantidade superior de pescados do meio aquático além da capacidade de reposição, sendo apresentados exemplos na mesma lei citada anteriormente.

Apesar da importância econômica e cultural a pesca artesanal tem enfrentado diversos problemas que tem refletido em sua atividade. Ao utilizarmos o exemplo da Laguna dos Patos, podemos dizer que a poluição ambiental, as dragagens realizadas nos canais da mesma, as obras de prolongamento nos Molhes da Barra, que alteraram a hidrodinâmica local, a sobrepesca e a falta de políticas públicas no setor pesqueiro, são apontadas pelos pescadores das comunidades como principais fatores que tem impactado diretamente na vida e no trabalho do pescador de São José do Norte e da região. Kalikoski e Vasconcellos (2013) enfatizam essa situação mencionando que:

As informações disponíveis também indicam que o ecossistema estuarino está mudando para uma condição mais límnic em resposta a mudanças ambientais, e pode se tornar menos produtivo e, conseqüentemente, menos favorável para a pesca artesanal nas próximas décadas. Esse cenário aponta para um aumento contínuo na vulnerabilidade dos pescadores. (KALIKOSKI e VASCONCELLOS, 2013, p. 156).

Conseqüentemente, a atividade pesqueira passa por uma desvalorização em que muitos pescadores mais novos e até mesmo seus filhos, buscam postos de trabalho mais atrativos economicamente e que possam ofertar uma estabilidade financeira. Em contra partida, ainda há muitos pescadores que lutam pelos seus direitos e melhorias se mantendo na atividade, devido à cultura atrelada aos laços familiares ou pela falta de outras oportunidades de trabalho em outros setores, que possam se enquadrar. Outro fator que tem refletido de forma negativa na vida dos pescadores é as condições estruturais das comunidades pesqueiras que além de estarem distantes da cidade, não dispõe de muitos serviços e recursos que possibilitem seu desenvolvimento, agravando a vulnerabilidade social.

Nesse sentido, podemos dizer que a maior parte da faixa litorânea de São José do Norte é ocupada por pescadores artesanais que tem a atividade pesqueira como principal meio de sobrevivência e reprodução social. Além disso, utilizam embarcações simples, como canoas, ou motorizadas de pequeno e médio porte, conforme prescritas no artigo 10 da LEI Nº 11.959, de 29 de junho de 2009 (Brasil, 2009), o qual define as de pequeno porte quando possui arqueação bruta - AB igual ou menor que 20 e as de médio porte quando possui arqueação bruta - AB maior que 20 e menor que 100. Com relação às organizações de representatividade da pesca, a cidade conta com a Colônia Z2, a Associação de Agricultores, Pescadores e Moradores de São Caetano, Centro Comunitário de Pescadores e de Agricultores da Localidade da Várzea (CECOV), Centro Comunitário de Agricultores e Pescadores das Capivaras (CENTROCAP), Cooperativa de Pescadores Artesanais de São José do Norte (COOPANORTE) e Grupo Comunitário do Barranco.

Ressaltamos que, somente na Z2 houve 739 pescadores sócios em 2010, e atualmente conta com 1150 associados. Já as demais associações/cooperativas totalizam 317 associados. Cabe frisarmos que, apesar de alguns pescadores mencionarem que são associados a alguma cooperativa e a Z2 não há registro específico do número total de pescadores nessa condição.

CARACTERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES PESQUEIRAS

Com relação à saúde, apenas as comunidades da 5ª Secção da Barra e Capivaras possuem postos de saúde (Estratégia de Saúde da Família - ESF), sendo que as demais são atendidas por uma Unidade móvel terrestre pouco equipada. Cabe ressaltar que não há como saber a quantidade de pessoas atendidas pela mesma, pois não existe um mapeamento preciso com informações detalhadas de cada localidade. Segundo Costa (2014, p. 13) estima-se que a população total do interior não coberta por ESF seja em torno de 5.220 pessoas.

Quanto à educação, apenas a comunidade da 5ª Secção da Barra possui escola de ensino médio e fundamental. As comunidades do Retiro, Capivaras, Várzea, Passinho, Cocuruto, Estreito, São Caetano e Barranco possuem apenas escolas de ensino fundamental e as comunidades do Barranco, São Caetano e Estreito possuem pré-escola. Enfatizarmos que, a maior parte da população dessas comunidades possui o ensino fundamental incompleto.

A seguir, apresentaremos as informações referentes ao número de endereços e domicílios, assim como, os dados que expõe a situação de vulnerabilidade socioeconômica das comunidades. Ressaltamos que para obtermos esses dados utilizamos as informações dos setores censitários em que as comunidades pesqueiras estão inseridas, por isso, agregamos algumas dessas por serem pertencentes ao mesmo setor. Apresentaremos ainda a infraestrutura das comunidades e os tipos de ocupação do solo conforme é exibido pelo Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE) de acordo com as características de cada lote e já apresentando o total de estabelecimentos repetidos.

5ª SECÇÃO DA BARRA/POVOAÇÃO DA BARRA

Ambas as comunidades estão situadas a aproximadamente 13 km da cidade, possuindo um total de 596 endereços e 548 domicílios conforme (CNEFE-IBGE, 2010). Destacamos que apenas dois domicílios não apresentam energia elétrica e 189 possui abastecimento de água de outra forma, e cinco não possui banheiro exclusivo do morador. Quanto aos serviços e infraestrutura a 5ª Secção da Barra conta com uma empresa de construção civil, um comércio de matérias de construção, um depósito de materiais de construção, um depósito de lenha, três lojas de confecções, quatro igrejas, uma barbearia, um depósito, 16 galpões de redes, um posto de compra e venda de pescados, quatro bares com mercearia acoplados, uma lancheria, um açougue e mercearia, um posto de saúde, um bazar, uma ferragem com bar, uma padaria, a sede da comunidade com campo de futebol, um estaleiro e oficina de sonda, uma oficina mecânica, um depósito de gás, uma mercearia e duas escolas.

Já a Povoação da Barra conta com três Igrejas, uma escola e um depósito de redes. Segundo Kalikoski e Vasconcellos (2013), a 5ª Secção da Barra possui 113 pescadores, 27 canoas e 34 barcos e a Povoação da Barra possui 36 pescadores, cinco canoas e 21 barcos. Além da atividade pesqueira, são realizadas em ambas as comunidades o cultivo da cebola e a criação de bovinos.

Ainda com relação à pesca podemos perceber que a 5ª Secção da Barra apresenta mais infraestrutura pesqueira do que a Povoação da Barra, apresentando também barcos mais voltados para a pesca industrial. Salientamos que na primeira comunidade citada há cerca de 50 pescadores proeiros. Já a Povoação da Barra possui 15 proeiros.

De acordo com (MOPS, 2017), em ambas as comunidades, foram registradas 640 famílias e 1957 pessoas no Cadastro Único, sendo que 187 encontram-se em situação de extrema pobreza, 137 em situação de pobreza e 243 famílias possuem renda baixa. Destacamos que, apenas 73 famílias possuem renda per capita acima de ½ salário mínimo e 261 são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Conforme (IBGE, 2010) o número de pessoas residentes na localidade totalizam 1546 e apenas 23 são analfabetas.

Ao compararmos o número de residentes em 2010 com o número de pessoas registradas no cadastro único veremos que ambas as comunidades cresceram sua população, uma vez que, a diferença entre esses

números é de 411 pessoas a mais. Em contrapartida, a 5ª Secção da Barra oferece uma boa estrutura de comércio e serviços básicos como escolas e posto de saúde. Entretanto, ainda se tem um elevado grau de moradores que sobrevivem no nível da pobreza.

COCURUTO/PONTAL DA BARRA

Estas comunidades estão situadas a aproximadamente 5 km da cidade, possuindo um total de 255 endereços e 245 domicílios (CNEFE-IBGE, 2010). É importante enfatizar que apenas um domicílio não apresenta energia elétrica e todos os demais possuem abastecimento de água e banheiro exclusivo dos moradores. Com relação aos serviços e infraestrutura, o Cocuruto conta com a Sede da comunidade, um estaleiro, três depósitos, um bar, uma oficina mecânica, três galpões de pesca e dois mini mercados.

Já o Pontal da Barra possui 13 chácaras, uma igreja, uma escola, sete sítios de criação de animais de grande e pequeno porte, quatro sítios, um bar e mercearia. Dessa forma, podemos considerar que ambas as comunidades apresentam pouca infraestrutura tanto na pesca quanto com relação à educação e a saúde, pois a comunidade do Cocuruto depende de parte da estrutura do Pontal da Barra e outras localidades, além de não haver posto de saúde em ambas as comunidades. É possível perceber também uma redução do número de pescadores ao longo dos últimos anos, visto que, muitos eram moradores da antiga Vila Nova, localizada onde atualmente esta a empresa Estaleiros do Brasil (EBR).

Esses pescadores que foram removidos, hoje se encontram espalhados pela área central da cidade. De acordo com Kalikoski e Vasconcellos (2013), o Pontal da Barra possui 53 pescadores, 29 canoas e 24 barcos e o Cocuruto possui 14 pescadores, o qual todos são proeiros. Conforme (MOPS, 2017), foram registradas 59 famílias e 178 pessoas no Cadastro Único, sendo que 11 encontram-se em situação de extrema pobreza, 13 em situação de pobreza e 28 famílias possuem renda baixa, em ambas as comunidades.

Salientamos também que, apenas sete famílias possuem renda per capita acima de $\frac{1}{2}$ salário mínimo e 22 são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Neste contexto, podemos verificar que do total de 59 famílias, 52 vivem em situação de pobreza. Conforme (IBGE, 2010) o número de pessoas residentes na localidade totalizam 697 e apenas nove são analfabetas.

RETIRO

Esta localizado a 4 km da cidade, possui 58 endereços e 50 domicílios de acordo com (CNEFE-IBGE, 2010). Destacamos que apenas um domicílio não apresenta energia elétrica e um possui abastecimento de água de outra forma, e dois não possui banheiro exclusivo do morador. A comunidade local conta com uma escola, uma igreja, um Centro de Tradição Gaúcha, um campo de futebol de sete, uma casa noturna, cinco depósitos de ferramentas para agricultura e 27 galpões de pesca e um galpão de pesca com garagem inclusa.

Desse modo, percebemos que a comunidade possui pouca infraestrutura na pesca, assim como baixa oferta de outros tipos de serviço, se destacando mais a agropecuária. É importante ressaltarmos que, essa localidade possui um expressivo cultivo da cebola, pois existem 35 galpões de estocagem e 10 estabelecimentos voltados para esse cultivo, sendo que apenas um cultiva cebola e feijão, um cultiva cebola e realiza a criação de gado e um possui produção de fumo. Além disso, há criação de camarão em cativeiro na localidade.

Conforme Kalikoski e Vasconcellos (2013), a comunidade possui apenas 18 pescadores, 15 canoas e sete barcos. De acordo com (MOPS, 2017), foram registradas 41 famílias e 130 pessoas no Cadastro Único, sendo que 12 encontram-se em situação de extrema pobreza, sete em situação de pobreza e 18 famílias possuem renda baixa. Salientamos também que, apenas quatro famílias possuem renda per capita acima de $\frac{1}{2}$ salário mínimo e 21 são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família.

Segundo (IBGE, 2010) o número de pessoas residentes na localidade totalizam 93 e apenas uma é analfabeta. Ao compararmos o número de pessoas em 2010 com o número das mesmas com registro no

cadastro único, é possível visualizarmos que a população local aumentou. Contudo, quase que o total dessa população vive em situação de pobreza.

CAPIVARAS

Localizada a 19 km da cidade, essa comunidade possui 195 endereços e um total de 142 domicílios, conforme (CNEFE-IBGE, 2010). Já os domicílios que possuem abastecimento de água de outra forma somam nove, todos possuem energia elétrica e apenas sete não possuem banheiro exclusivo do morador. Sua estrutura local conta com a Sede do clube esportivo Capivarence, um salão, uma escola, um posto de saúde, uma padaria, um bar, uma mercearia, dois mercados e duas igrejas.

Com relação ao cultivo e criação de animais, existem três estabelecimentos voltados para agropecuária e dois estabelecimentos somente de pecuária. Já com relação à pesca, a comunidade conta com cinco trapiches e um galpão, sendo todos exclusivos para o comércio de pescados. Aliás, 32 residências possuem galpão para redes de pescado e ainda há 35 depósitos de redes de uso da comunidade.

Segundo Kalikoski e Vasconcellos (2013), a comunidade possui 85 pescadores, 25 canoas e 37 barcos. Sendo que o número de proeiros fica em torno de 26. De acordo com (MOPS, 2017), foram registradas 38 famílias e 120 pessoas no Cadastro Único, sendo que sete encontram-se em situação de extrema pobreza, seis em situação de pobreza e 22 famílias possuem renda baixa.

Salientamos também que, apenas três famílias possuem renda per capita acima de $\frac{1}{2}$ salário mínimo e 14 são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Conforme (IBGE, 2010) o número de pessoas residentes na localidade totalizam 320 e apenas nove são analfabetas. Essa comunidade apresenta uma boa infraestrutura para pesca, contando ainda com posto de saúde e escola, porém o número de pessoas que vivem na pobreza é alto.

PASSINHO, VÁRZEA, PONTA DO MATO E ARROIO DO INHAME

Essas comunidades distam respectivamente 17 km, 27 km, 33 km e 22 km da cidade, e todas fazem parte do mesmo setor censitário. Com relação à ocupação, a comunidade da Várzea é a mais extensa, a do Passinho e a do Arroio do Inhame são de tamanho médio, enquanto a da Ponta do Mato é a menor. Isso porque, a última mencionada possui um pequeno povoado, a qual muitas famílias de pescadores de outras localidades migram para esse lugar, durante a safra do camarão e da tainha, improvisando pequenos barracos temporários.

Segundo (CNEFE-IBGE, 2010), esse setor apresenta 435 endereços e 404 domicílios. Quanto os domicílios que possuem abastecimento de água de outra forma totalizam 11, todos possuem energia elétrica e apenas quatro não possuem banheiro exclusivo do morador. Sobre a infraestrutura local, a comunidade do Passinho dispõe de uma igreja, uma padaria, um fliperama, uma garagem, uma escola, a sede do clube esportivo, seis galpões de pesca comunitário e quatro associados em quatro residências de pescadores.

Já a Várzea possui um estabelecimento de criação de gado e cultivo de arroz, um estabelecimento de criação de gado e cultivo de cebola, 20 galpões voltados para agricultura, uma chácara, duas cocheiras de cavalos, quatro depósitos de ferramentas, um depósito de embarcações, uma escola, um bar de veraneio, um depósito de materiais de serviço da empresa Ambar Florestal, seis áreas de extração dessa empresa, 11 galpões de pesca da comunidade, uma pequena fábrica de gelo e o Centro comunitário de Pescadores e Agricultores da Localidade da Várzea (CECOV). Em contra partida, a Ponta do Mato possui apenas três galpões de pesca, enquanto a comunidade do Arroio do Inhame conta com um galpão de pesca, o escritório de supervisão da empresa Ambar Florestal, dois depósitos de ferramentas e uma garagem. Apesar das comunidades do Passinho e Várzea apresentarem grande quantidade de moradores e pescadores, há pouca infraestrutura, uma vez que, das quatro comunidades mencionadas, apenas o Passinho apresenta uma pequena escola de ensino fundamental e não há posto de saúde em nenhuma comunidade.

Segundo Kalikoski e Vasconcellos (2013), a comunidade do Passinho possui 71 pescadores, 37 canoas e 41 barcos. Já a Várzea possui 73 pescadores, 48 canoas e 48 barcos e o Arroio do Inhame possui 22 pescadores, 15 canoas e 14 barcos. Conforme (MOPS, 2017), foram registradas 31 famílias e 101 pessoas no Cadastro Único, sendo que oito encontram-se em situação de extrema pobreza, nove em situação de pobreza e 13 famílias possuem renda baixa. Salientamos também que, apenas quatro famílias possuem renda per capita acima de ½ salário mínimo, 17 são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família e conforme (IBGE, 2010) o número de pessoas residentes na localidade totalizam 335, sendo que apenas duas são analfabetas.

BARRANCO/SÃO CAETANO

Ambas as comunidades estão situadas aproximadamente 13 km da cidade, possuindo um total de 522 e 491 domicílios conforme (CNEFE-IBGE, 2010). Destacamos que apenas 13 domicílios não apresentam energia elétrica, todos possuem abastecimento de água e todos possuem banheiro exclusivo do morador. Quanto aos serviços e infraestruturas do Barranco, há 18 chácaras voltadas para agricultura e pecuária, 19 chácaras desenvolvem apenas pecuária, 68 apenas agricultura, cinco depósitos para agricultura, duas escolas, uma borracharia, um clube de futebol, uma igreja, uma oficina mecânica, um restaurante, quatro sobrados destinados a aluguel de veraneio, salão comunitário e um comércio exclusivo de bebidas.

Já no São Caetano há uma igreja, um bar, uma mercearia, 17 comércios de cebola, 42 estabelecimentos de plantio de cebola, uma sede social esportiva, três estabelecimentos com criação de gado, um estabelecimento de plantio de legumes e um depósito. Cabe enfatizarmos que em 2014 foi construído um camping com um quiosque e um restaurante com frutos do mar em prol do desenvolvimento turístico e econômico local. De acordo com informações obtidas por meio de moradores da comunidade, esses três possuem funcionamento somente no período do verão.

Essa área ainda apresenta um playground e um espaço para esportes. Segundo Kalikoski e Vasconcellos (2013), o Barranco possui 50 pescadores, 27 canoas e 27 barcos e o São Caetano possui 85 pescadores, 59 canoas e 46 barcos. Além da atividade pesqueira, são realizadas em ambas as comunidades o cultivo da cebola, milho, fumo, criação de bovinos.

De acordo com (MOPS, 2017), em ambas as comunidades, foram registradas 31 famílias e 229 pessoas no Cadastro Único, sendo que 11 encontram-se em situação de extrema pobreza, 10 em situação de pobreza e seis famílias possuem renda baixa. Salientamos também que, apenas quatro famílias possuem renda per capita acima de ½ salário mínimo e 19 são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Conforme (IBGE, 2010) o número de pessoas residentes na localidade totalizam 923 e apenas 10 são analfabetas.

ESTREITO/BARRA DO ESTREITO

Situadas a aproximadamente 34 km da cidade, possuindo um total de 295 endereços e 236 domicílios conforme (CNEFE-IBGE, 2010). Já os domicílios que possuem abastecimento de água de outra forma somam 17 e todos possuem energia elétrica e possuem banheiro exclusivo do morador. Quanto aos serviços e infraestruturas há nas localidades três comércios de gado, 16 comércios de cebola e um de cebola e fumo, duas igrejas, uma oficina mecânica, um comércio de gás, 56 estabelecimentos de plantio de cebola, três estabelecimentos com cultivo de cebola e criação de gado, um estabelecimento de plantio de milho e um depósito.

Nesse contexto, podemos colocar que sua infraestrutura é reduzida, pois além de não oferecer os serviços básicos, o pouco que apresenta está situado de forma dispersa. Segundo Kalikoski e Vasconcellos (2013), ambas as áreas possui 11 pescadores. Além da atividade pesqueira, são realizadas em ambas as comunidades o cultivo da cebola, milho, fumo, criação de bovinos em grande e média escala.

De acordo com (MOPS, 2017), em ambas as comunidades, foram registradas 89 famílias e 236 pessoas no Cadastro Único, sendo que 35 encontram-se em situação de extrema pobreza, 27 em situação de pobreza e

seis famílias possuem renda baixa. Salientamos também que, apenas seis famílias possuem renda per capita acima de $\frac{1}{2}$ salário mínimo e 41 são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Conforme (IBGE, 2010) o número de pessoas residentes na localidade totalizam 431 e apenas 12 são analfabetas.

CONCLUSÕES

Com base nos dados expostos, podemos perceber que a comunidade da 5ª Secção da Barra é a que mais se destaca com um alto número de moradores e o oferecimento de uma infraestrutura básica melhor do que as demais comunidades. No entanto, essa também se destaca nos elevados números de habitantes com registro no cadastro único e que vivem na pobreza. A comunidade ainda se sobressai pelo número de pescadores e a infraestrutura pesqueira.

Já as comunidades do Passinho, Capivaras, Várzea, Barranco e São Caetano, apesar de possuir um número de infraestruturas reduzido, e dependente de diversos serviços umas das outras, procuram meios de se reproduzir socialmente. Entretanto, as comunidades do Cocuruto, Povoação da Barra, Pontal da Barra, Ponta Rasa, Arroio do Inhamé, Retiro e Estreito, são as mais fragilizadas, pois apresentam poucos recursos tanto em infraestrutura de pesca quanto serviços. É importante ressaltar que todas essas comunidades apresentam famílias que vivem em situação de pobreza.

Diante desse contexto, podemos perceber a necessidade de se aplicar mais políticas públicas que visem à garantia dos direitos dos pescadores, além de promover uma melhor infraestrutura e oportunidades de desenvolvimento social, cultural e econômico nessas comunidades. Uma das ações primordiais para esse desenvolvimento é a demarcação de seus territórios pesqueiros, como há a demarcação de povos indígenas entre outros, visando à garantia e a preservação desses territórios, assim como sua reprodução física e cultural. A partir disso, cabe os órgãos gestores contribuírem para o desenvolvimento local por meio da implantação de infraestruturas, qualificações, melhor qualidade de vida, melhor escoamento e condições de estocagem do produto local, e inclusão produtiva.

REFERÊNCIAS

ADOMILLI, G.K. Arte de pescar, arte de narrar: notas etnográficas sobre a dimensão cultural do trabalho em uma comunidade pesqueira. **MÉTIS: história & cultura** – v. 8, n. 16, p. 97-119, jul./dez. 2009. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/953> Acesso em: 24 de novembro de 2019.

ALVES, F. das N. e TORRES, L. H. **Ensaios de História do Rio Grande do Sul**. Rio Grande: Editora da FURG, 1996.

AMARAL, I. L. do. A sociedade de Nossa Senhora da Conceição do Estreito e Contribuição Açoriana na Formação Cultural do Rio Grande de São Pedro. In: JACCOTTET, A. M. de M. (org.). **A largueza histórica do Estreito**. Pelotas: Editora Universitária, 1999.

BRASIL, **Lei Nº 11.959**, DE 29 de junho de 2009A. Dispõe sobre a política nacional de desenvolvimento sustentável da aquicultura e da pesca. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11959.htm. Acesso: 10 de março de 2020.

BRASIL, **Lei Nº 9.605**, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L9605.htm. Acesso: 10 de março de 2020.

BRASIL. **Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 9**, de 13 de junho de 2012. Estabelece normas gerais para o exercício da pesca amadora em todo o território nacional. Disponível em: https://www.pescamadora.com.br/wp-content/uploads/Lei-da-Pesca-in_inter_mpa_mma_09_2012_pescaamadoranacional.pdf Acesso: 10 de março de 2020.

BRASIL.Ministério de Desenvolvimento Social. **Mapa de Oportunidades e Serviços Públicos (MOPS), 2010**.

Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mops/serv-mapa.php?s=1&codigo=431560> Acesso em: 26 de outubro de 2019.

BUNSE, H. A. W. **São José do norte:** Aspectos linguístico-etnográficos do antigo município. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

COSTA, M.D. **Melhoria da atenção à saúde dos usuários hipertensos e diabéticos da Unidade Móvel Terrestre de São José do Norte - RS.** Pelotas: UFPEL, 2014. Especialização em saúde da família EaD.

DIEGUES, A. C. **O Mito Moderno da Natureza Intocada.** São Paulo, Hucitec, 2 ed., 1998.

DIEGUES, A. C. **Povos e Mares:** leituras em sócio antropologia marítima. São Paulo: NAPAUB, 1995.

DIEGUES, A. C. **Saberes Tradicionais e biodiversidade no Brasil.** MMA. São Paulo: Ed USP, 2001.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar.** São Paulo: Ática, 1983.

FONTOURA, L. F. M. As relações sociais de produção e a produção do espaço agrário em São José do Norte. **CaderNAU – Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas**, Rio Grande, v. 3, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/cnau/article/view/4715/2946> Acesso em: 06 de março 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **CNEFE Cadastro Nacional de Endereços para fins estatísticos**, 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/cnefe/> Acesso em: 23 de outubro de 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse por setores, 2010.** Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/> Acesso em: 22 de outubro de 2019.

KALIKOSKI, D. C. e VASCONCELLOS, M. **Estudo das Condições Técnicas, Econômicas e Ambientais da Pesca de Pequena Escala no Estuário da Lagoa dos Patos, Brasil:** Uma metodologia de avaliação, Roma, Itália, 2013. FAO, Circular de Pesca e Aquicultura No. 1075. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i25890.pdf> Acesso em: 22 de setembro de 2019.

KAZTMAN, R.; FILGUEIRA, F. As normas como bem público e privado: reflexões nas fronteiras do enfoque “ativos, vulnerabilidade e estrutura de oportunidades” (Aveo). In: CUNHA, J. M. P. da (Org.). **Novas metrópoles paulistas:** população, vulnerabilidade e segregação. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2006.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espaço.** 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

MALDONADO, S. C. **Pescadores do Mar.** Editora Ática. São Paulo. 1986.

MARTIN, M. C. S. **Análise da Dinâmica de Produção do Espaço Urbano nas Áreas de Assentamentos Urbanos Informais do Município do Rio Grande/RS no Período entre 2005-2018.** Rio Grande: FURG, 2019. Dissertação de Mestrado em Geografia.

MATTOS, M. B. de. Estreito: glória sob as areias. In: JACCOTTET, A. M. de M. (org.). **A largueza histórica do Estreito.** Pelotas: Editora Universitária, 1999.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

RAMALHO, C. W. N. **Ah, esse povo do mar:** um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucano. São Paulo: Pólis: Campinas, SP: Ceres, 2006.

RAMALHO, C. W. N. O sentir dos sentidos dos pescadores artesanais. In: **Revista de Antropologia**, USP, São Paulo, vol. 54, n. 1, p. 315-352, jan./jun., 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2011.38598> Acesso: 21 de setembro de 2019.